



## **Gestão fiscal e liderança política feminina: evidências para os municípios matogrossenses**

**Daniele Brito**

**Universidade do estado de Mato Grosso - UNEMAT**

*E-mail: daniellebrito43@hotmail.com*

**Cleiton Franco**

**Universidade do estado de Mato Grosso - UNEMAT**

*E-mail: cleitonfranco@unemat.br*

**Natalie Cristi Guzatti**

**Universidade do estado de Mato Grosso - UNEMAT**

*E-mail: Natalie\_guzatti@hotmail.com*

**Sonia Aparecida Beato Ximenes**

**Universidade do estado de Mato Grosso - UNEMAT**

*E-mail: melo.sonia@unemat.br*

### **Resumo**

No decorrer dos anos as mulheres têm passado por transformações quanto ao desempenho do seu papel na sociedade. Alcançou o direito ao voto, a entrada no mercado de trabalho e também a participação em diferentes tipos de liderança. O objetivo do presente estudo é estimar a relação da liderança política feminina na gestão fiscal dos municípios de Mato Grosso e indicadores de gestão fiscal FIRJAN, bem como gastos com saúde, educação e investimento, no período compreendido de 2013 a 2018. A pesquisa é classificada como descritiva, com abordagem quantitativa, com uso de dados publicados nos sites do IPEADATA, FINBRA e FIRJAN IFGF. Com relação aos procedimentos para análise de dados utilizou-se a metodologia empírica de Dados em Painel, com a intensão de analisar várias unidades amostrais ao longo do tempo. Os resultados mostraram uma relação positiva e significativa aumento percentual em gastos com educação de 69%, saúde em 77% e investimentos 65%, refletindo em aumento nos percentuais de nascidos vivos em 50% e reduzindo o percentual de feminicídios em 5% nos municípios observados com gestão de liderança política feminina. Para os indicadores de gestão fiscal FIRJAN (IFGF), observou-se também uma melhora de 49% no IGFG-geral, 131% IGFG-liquidez e 54% no IFGF-investimentos.

**Palavras-chave:** Gestão Fiscal. IFGF FIRJAN. Mato Grosso. Liderança política feminina.

**Linha Temática:** Controladoria em entidades públicas



## 1 INTRODUÇÃO

As organizações sem fins lucrativos, quanto as empresas públicas precisam de gerentes para supervisionar e dirigir as operações. É por causa dessa responsabilidade extra, que vai além da mera gestão do dia-a-dia, que a gestão pública às vezes é vista como distinta da administração pública, campo relacionado. A gestão pública é uma subdisciplina da administração pública que envolve a realização de atividades gerenciais nas organizações públicas (Rodrigues, 2017).

Os gestores interpretam a política pública de implementação de serviços públicos de maneira que se espere que alcancem os resultados mais desejáveis para os interesses que atendem sendo a garantia do bem-estar social; ou defesa dos interesses da comunidade; ou zelar pelo bem comum da coletividade. Ou seja, a defesa do interesse público corresponde à finalidade da Administração Pública. Os gestores públicos podem atuar em duas áreas distintas: a gestão interna e externa de organizações públicas. Internamente, os gestores públicos devem entender como gerenciar riscos e mudanças nas respectivas organizações. Isso exige que eles estejam informados sobre as condições sociais que podem afetar a capacidade das organizações de funcionar de maneira ideal (Silva & Mattia, 2016).

As mulheres tem desempenhado papel importante em termos de liderança política. A literatura sobre a liderança política feminina é relevante. Hessel et al (2020) apresentaram evidências de que a presença de mulheres no poder executivo local e legislativo impactou em uma menor taxa de mortalidade em menores de 5 anos, independente do partido político. Chattopadhyay & Duflo (2004) estudaram o impacto da liderança feminina nas decisões políticas e demonstraram que líderes femininas investem mais em infraestrutura e políticas de gênero. Beaman et al (2009) por sua vez, demonstraram que a exposição a gestão feminina melhora a percepção da eficácia da liderança de gênero. Arvate, Firpo & Pieri (2017) demonstraram que há uma relação causal na forma como eleitores votam em mulheres candidatas após a eleição de uma prefeita e que isso pode afetar a forma com que os eleitores votam nas próximas eleições.

Nas eleições de 2020, o percentual de mulheres eleitas é de apenas 12% se comparado aos prefeitos eleitos no 1º turno no Brasil. Essa proporção é a mesma apresentada em 2016, salvo o número de vereadores que representam 16% dos municípios brasileiros, segundo estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em Mato Grosso o quantitativo de municípios com prefeitas eleitas é semelhante ao percentual nacional. O Município melhor ranqueado em Mato Grosso pelo Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), São Félix do Araguaia, é administrado por uma mulher: Janaílza Taveira (SD).

O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), desenvolvido pelo sistema Firjan e divulgado em 2012, é uma ferramenta de controle social que visa incentivar a distribuição da cultura de responsabilidade administrativa e recursos públicos, e melhora a gestão financeira dos municípios assim como os indicadores relevantes para a tomada de decisões. O IFGF é compilado com base em estatísticas oficiais, que são baseadas em resultados fiscais dos municípios declarados à Secretaria do Tesouro Nacional (Linhares, Penna & Borges *et al.*, 2013).

Ao promover a compreensão dos dados e informações prestados pela prefeitura e pela forma como administra os tributos pagos pela sociedade, traz maior transparência às contas municipais. O IFGF levou em consideração as restrições orçamentárias enfrentadas pela prefeitura brasileira e tentou comprovar os desafios enfrentados pela gestão municipal na alocação de recursos (Bartoluzzio & Anjos, 2020).

Diante desta motivação, o presente trabalho teve por objetivo estimar a relação da liderança



política feminina na gestão fiscal dos municípios de Mato Grosso e indicadores de gestão fiscal FIRJAN, bem como gastos com saúde, educação e investimento, no período compreendido de 2013 a 2018. Para tanto foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) identificar a relação dos gastos com saúde e educação pública nos municípios que tiveram gestão feminina no período avaliado de 2013 a 2018; b) verificar a relação da gestão feminina com indicadores de nascidos vivos, Receitas correntes e investimento e c) comparar os resultados com índice FIRJAN de gestão fiscal.

Essa pesquisa justifica-se, pois, levanta a discussão do papel de liderança política feminina na gestão pública e seus desdobramentos quanto a observância da manutenção do bem-estar social por meio de investimentos em educação, segurança e saúde. Além disso, permite a verificação da aplicação dos recursos arrecadados através dos impostos em gastos com saúde, investimento e educação para os municípios mato-grossenses. Por fim, da oportunidade de apreciar e debater ações no campo do Direito Eleitoral e Constitucional, no que diz respeito à maior participação política da mulher.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A presença da mulher na gestão pública

Ainda existem muitos obstáculos que impedem as mulheres de obter esse nível de liderança (como, tetos de vidro, o termo teto de vidro refere-se às dificuldades enfrentadas pelas mulheres para crescer na carreira e chegar a posições de liderança na hierarquia das empresas. Essas barreiras invisíveis são culturais e não pessoais. Ou seja, não têm relação com aspectos relacionados à qualificação ou à competência, mas com fatores socioculturais associados ao gênero). Muitas organizações implementam programas de desenvolvimento de liderança voltados exclusivamente para o sucesso da liderança feminina. Esses programas identificam barreiras e obstáculos e, em seguida, sugerem estratégias para as mulheres contornarem essas barreiras (Brito Filho, 2013).

A participação e a liderança das mulheres no serviço público são importantes para garantir o desenvolvimento verdadeiramente inclusivo e a governança democrática, bem como elevar a sustentabilidade e a capacidade de resposta das políticas públicas implementadas pelos governos que refletem a diversidade das populações a que servem. Ainda assim, muitas instituições públicas em todo o mundo enfrentam grandes desafios na promoção da igualdade e inclusão de gênero (Costa, 2009).

Ao contrário, os papéis de gênero afetam muito a forma como a sociedade e o trabalho são organizados e devem ser vistos como tal. Essas percepções não estão separadas das regras organizacionais, políticas e sociais. Como, a dificuldade em separar as expectativas sociais das expectativas organizacionais é vista em questões de vida profissional. As normas e expectativas da sociedade ainda colocam o fardo maior da responsabilidade familiar nas mulheres, que são vistas como cuidadoras e nutridoras, enquanto os homens são percebidos como os ganha-pão (Coelho & Baptista, 2009).

Esse é frequentemente o caso em parlamentos onde as mulheres recebem pastas 'apenas para mulheres' ou apenas têm permissão para participar de comitês femininos e são afastadas dos outros comitês por causa do gênero. Não apenas os parlamentos, mas todos os níveis de governo precisam adotar medidas de ação afirmativa e alterar as regras internas de modo a dar preferência às mulheres em relação aos homens (de acordo com as capacidades) para cargos de tomada de decisão (inclui





cargos ministeriais, presidentes de comitês e cargos de liderança em a Mesa do Parlamento) em casos que as qualificações são iguais ou proporcionais à representação no governo (Herrnson, Lay & Stokes, 2003).

As mulheres já contribuem para a vida política e fazem uma diferença na política, mas as instituições sociais e os processos de governo ainda não se adaptaram a esse fato. As organizações não-governamentais femininas promovem os interesses das mulheres no nível governamental, mas geralmente não têm o poder econômico ou político como outros grupos de interesses, como os sindicatos (Coelho & Baptista, 2009).

As mulheres muitas vezes participam da vida pública por meio da filiação em organizações femininas, grupos de ação comunitária, organizações voluntárias e outros grupos próximos. Eles preferem participar de atividades que resolvam problemas ao invés de desenvolver instituições. Essas atividades e grupos operam fora das instituições políticas estabelecidas e não são considerados parte da vida pública e política (Miguel & Biroli, 2009).

A exclusão da sociedade das mulheres de cargos de liderança na vida pública impede que ela se beneficie das contribuições especiais que as mulheres trazem para a tomada de decisões. As mulheres tendem a ter estilos de liderança diferentes dos homens (como capacidade de se relacionar com as pessoas afetadas pelas decisões), que são mais necessários para o mundo moderno. Frequentemente, elas não fazem campanha apenas pelas questões femininas, mas, uma vez no cargo, tendem a se envolver mais nas questões femininas (Costa, 2009).

A gestão pública é o substrato do governo e o instrumento central por meio do qual as políticas e programas nacionais são implementados. Em um mundo ideal, a quintessência da administração pública é orientada por vários princípios de equidade, justiça, responsabilidade, igualdade e não discriminação. A ideia desse modelo de governança é promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres como parte da força de trabalho do serviço público (Brito Filho, 2013).

No entanto, o cenário global atual não é o mesmo. Em vez de ser a força motriz para a implementação de metas internacionalmente acordadas sobre o empoderamento das mulheres, igualdade de gênero e muitos outros padrões de direitos humanos, em muitos países em desenvolvimento e desenvolvidos, a administração pública é frequentemente vista como uma instituição patriarcal (Querino, Domingues & Luz, 2013).

A tradição de preconceitos, atitudes e práticas de gênero são seguidos para garantir a participação mínima das mulheres, especialmente em papéis de liderança e de tomada de decisão influentes. Em muitos países, as instituições públicas continuam a ser dominadas por homens e patriarcais, e perpetua atitudes e práticas nocivas e às vezes violentas. Embora não haja uma linha de base global sobre a participação das mulheres na gestão pública, investigações mostram que as mulheres estão sub-representadas, especialmente em funções de liderança e de tomada de decisão (Herrnson *et al.*, 2003).

Os dados disponíveis sugerem que as mulheres representam em média 45% da gestão pública, embora haja uma grande variação da participação das mulheres entre os países, varia de 3% a 77%. No entanto, ao se observar a participação das mulheres em cargos de decisão na gestão pública, a maior participação média encontra-se na América Latina e no Caribe (43,4%) e a menor na África (25,1%). Além disso, apenas 20% dos países atingiram a paridade (50%) na proporção de mulheres em cargos de decisão da gestão pública (Ribeiro & Jesus, 2016).

A inclusão da diversidade, que soma-se a igualdade de acesso das mulheres a cargos de liderança, é a coisa certa a ser realizada e também a mais produtiva. Uma investigação recente descobriu que a participação feminina na gestão pública e em funções de tomada de decisão está



positivamente correlacionada com o desenvolvimento econômico e também com a igualdade de gênero na sociedade. Também sugere que a participação e liderança iguais das mulheres criam um ambiente propício para um governo melhor e mais eficaz. (Querino *et al.*, 2013).

O foco renovado e continuado na igualdade de remuneração, licença familiar remunerada, a ausência de mulheres em posições de liderança chave, opções de cuidados de saúde para mulheres, e os direitos reprodutivos continuam a ser o centro das atenções na arena da política nacional, inclui os debates presidenciais. Internacionalmente, a paridade de gênero foi um item prioritário da agenda durante o Fórum Econômico de 2016, onde apenas 18% dos participantes para uma discussão sobre o "estado do mundo" foram mulheres (Ribeiro & Jesus, 2016).

A gestão pública, como uma disciplina, continua a explorar os desafios contínuos e o progresso das mulheres com um certo grau de consenso sobre os obstáculos comuns e trabalho a ser feito para o progresso contínuo. Contudo, quais são os principais desafios e oportunidades para as mulheres no século 21, e como se pode repensar questões de longa data de diversas perspectivas são agora questões urgentes que exigem atenção acadêmica (Coelho & Baptista, 2009).

No século 21 foram percebidos avanços quanto a atuação das mulheres na gestão pública, ainda que as mulheres permanecem subrepresentadas em níveis executivos. Como programas educacionais transmitir o foco de um campo, examina o lugar do gênero na gestão pública, a educação é um componente importante para revisitar o papel das mulheres na gestão pública (Costa, 2009).

A mudança educacional procede da mudança no campo, é também um agente de mudança por direito próprio. As mulheres têm muitas características óbvias na imagem dos líderes, o que os torna mais flexíveis fácil de se comunicar com a equipe. Então, em teoria, as mulheres são boas em negociação, têm bom relacionamento interpessoal (Herrnson *et al.*, 2003).

A cada dia as mulheres passam a ocupar cargos gerenciais e essa ascensão feminina aos cargos de gestão necessita de novos estudos, visto que por mais que os avanços tenham ocorrido nas diversas áreas, ainda é algo que causa estranhamento o fato de instituições possuírem um alto percentual de mulheres em cargos gerenciais como a IES aqui examinada (Ceribeli, Ceribeli & Ferreira, 2016).

## 2.2 Estudos correlatos

**Tabela 1 Estudos anteriores publicados sobre o tema**

Autor / Ano	Objetivos	Resultados
Hessel, González Jaramillo, Rasella, Duran & Sarmiento (2020)	Avaliaram os efeitos da representação política feminina sobre mortalidade infantil no Brasil com transferências e serviços de atenção primária.	A pesquisa analisou dados de 3.167 municípios brasileiros. Nessa amostragem, a mortalidade de crianças de até cinco anos caiu de 25,1 para 13,6 por mil nascidos vivos entre 2000 e 2015. No mesmo período, destaca o estudo, o percentual de prefeitas mulheres saltou de 4,5% para 9,7%.
Arvate, Firpo & Pieri (2017).	Realizaram um quase-experimento eleitoral em que uma mulher quase ganhou ou perdeu para um homem em uma eleição para prefeito. Os dados combinam os resultados das eleições municipais brasileiras, que ocorrem a cada quatro anos, com os votos municipais para	Os resultados mostram que quando os eleitores são expostos a uma líder feminina, o número relativo de votos dados a candidatas aumenta. Esse resultado depende do ambiente político em que ocorre a exposição. Fornecem evidências de que as preferências de gênero do eleitorado observadas na política são alteráveis, mas que as intervenções políticas destinadas a equalizar o acesso serão mais eficazes se forem direcionadas a populações sub-representadas que têm os requisitos de habilidade corretos para desempenhar em posições de liderança.



	candidatos femininos e masculinos nas eleições estaduais e federais, cujos distritos são maiores do que os municípios.	
Scherer e Botelho (2018)	Compreender trajetórias de mulheres que se tornaram prefeitas no estado do Rio Grande do Sul, no Brasil através das experiências vividas das investigadas no exercício de suas funções gerenciais e políticas no setor público.	Ao tentar interpretar esse fenômeno, junto às prefeitas entrevistadas, elas parecem descrever uma abordagem reducionista, mesmo que não conformadas com isso, sobre a tradição e a facilidade da dominação masculina, sobre a maior capacidade masculina de atuar na política, que entende a mulher como desinteressada, menos capaz e menos envolvida nos assuntos públicos e de gestão política. Constatado esse fato, é necessário buscar as causas, os porquês desse entendimento, e quais as formas de superar essa visão de dominação. Nesse sentido, esse estudo coloca-se como um passo no sentido de buscar a realidade dessas mulheres prefeitas, e com essas vivências, entender as suas particularidades, seus desafios, aprendizados e superações nessa carreira, tradicionalmente ocupadas por homens.
Corsini e Souza Filho (2004)	Comparar representações sociais de homens e mulheres em relação às mulheres executivas, perguntamos a profissionais e estudantes universitários como imaginávamos estilos de gerentes dos sexos masculino e feminino	É preciso ressaltar, contudo, que a representação dos homens mais explícita sobre o que é considerado válido em geral, mas manifestando o que seria a contribuição em particular da mulher no campo da gestão, contrastou com a tendência entre as mulheres de uma busca de pluralidade de critérios sobre o mesmo assunto. Porém, ao invés de interpretar esse fato como sinal de anomia, preferiríamos sugerir que se trata de um olhar das próprias mulheres, que tende a abarcar simultaneamente mais dimensões do trabalho de gestão, algo a ser mais elaborado futuramente com a própria consolidação prática da presença feminina no ambiente empresarial.
Brasileiro, Albuquerque e Borborema (2020)	Discutir sobre a incidência do novo coronavírus na gestão das mulheres prefeitas do Nordeste do Brasil, na perspectiva de traçar um panorama sobre como a pandemia se apresenta nestas gestões.	Com o aumento do número de mulheres chefiando o executivo municipal, pode aumentar a proporção de municípios que tenha um olhar diferenciado de fato para algumas áreas. Porém, temos noção da importância em compreender dois processos: uma pandemia possui elementos muito particulares e defender a inclusão de mais mulheres na política como uma questão de justiça, não por disposições que são inatas a elas.
Costa e Cappellari (2019)	Investigar os desafios e adversidades enfrentadas pelas mulheres no ingresso e na ocupação de cargos na Gestão Pública municipal de Santana do Livramento/RS.	Uma contribuição prática para os gestores públicos municipais, possibilitando perceber e analisar possíveis falhas em alguns setores. Pretende-se que a pesquisa exponha os desafios e entraves e, deste modo, auxilie para que as servidoras públicas municipais tenham um ambiente de trabalho adequado. Busca-se com esta pesquisa a conscientização de que a mulher é capacitada como qualquer outra pessoa e, deste modo, merece respeito no seu ambiente de trabalho e na vida.
Beaman, Chattopadhyay, Duflo, Pande & Topalova (2009)	Exploraram a atribuição aleatória de cotas de gênero para posições de liderança nos conselhos de aldeia indígenas para mostrar que a exposição	Após dez anos de cotas, é mais provável que as mulheres concorram e ganhem cargos eleitos em conselhos que devem ter uma conselheira-chefe nas duas eleições anteriores. Fornecem evidências experimentais de que a exposição prévia a uma conselheira-chefe melhora a



	anterior a uma líder feminina está associada a ganhos eleitorais para as mulheres.	percepção da eficácia da liderança feminina e enfraquece os estereótipos sobre os papéis de gênero nas esferas pública e doméstica.
Chattopadhyay & Duflo (2004).	Este artigo analisa o impacto da liderança das mulheres nas decisões políticas. Desde meados da década de 1990, um terço dos cargos de chefia do Conselho da Aldeia na Índia tem sido reservado aleatoriamente para uma mulher: Nesses conselhos, apenas mulheres podiam ser eleitas para o cargo de chefe.	Os Conselhos de Aldeia são responsáveis pelo fornecimento de muitos bens públicos locais nas áreas rurais. Usando um conjunto de dados que coletamos em 265 Conselhos de Aldeia em Bengala Ocidental e Rajasthan, comparamos o tipo de bens públicos fornecidos em Conselhos de Aldeia reservados e sem reservas. Mostraram que a reserva de assento no conselho afeta os tipos de bens públicos fornecidos. Especificamente, os líderes investem mais em infraestrutura que seja diretamente relevante para as necessidades de seus próprios gêneros.

*Nota:* Elaborado pelos autores

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa é classificada, quanto aos procedimentos técnicos, como documental, porque a coleta de dados ocorreu por meio dos relatórios disponibilizados no site FINBRA, IPEADATA, DATASUS (TABNET) e do IBGE. Mato Grosso é constituído por 141 municípios, com um total de 3.035.122 habitantes sendo que, 14 desses municípios, sendo as cidades de Várzea Grande, Sinop, Nova Monte Verde, Planalto da Serra, Castanheira, Chapada dos Guimarães, Carlinda, Cocalinho, Denise, Alto Paraguai, Nova Brasilândia, Nova Santa Helena, Juruena e São Félix do Araguaia, estiveram sob a gestão de liderança política feminina no período de 2013 a 2018.

Para desenvolvimento do modelo de regressão com dados em painel, foram coletadas informações das receitas e despesas correntes e de capital, do Produto Interno Bruto (PIB), nascidos vivos, mortalidade e acidente de trânsito dos 141 municípios do estado de Mato Grosso. Dados em painel é um modelo de metodológico que busca analisar uma grande quantidade de dados ao longo do tempo (Marques, 2000). Para se realizar a construção do painel de dados, buscou-se os dados dos 141 municípios de Mato Grosso ao longo dos anos de 2013 a 2018. Os dados dos indicadores de gestão fiscal, obtidos por meio do endereço eletrônico FIRJAN, restringe-se ao período considerado para análise de 2013 a 2018. Desta forma, para efeito de análise dos resultados de regressão das demais variáveis dependentes, como saúde, educação, feminicídios, nascidos vivos, receitas e investimentos, estão restritos ao período em questão. O modelo econométrico a ser estimado resume-se na equação 1:

$$\log y_{it} = \beta_0 + \beta_1 GF_{it} + \theta X_{it} + \lambda_t + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Onde  $\log y_{it}$  representa o resultado de interesse das variáveis dependentes e explicativas do modelo de dados em painel para o município  $i$  (Tabela 2), no ano  $t$ .  $GF_{it}$  é um indicador que toma o valor igual a 1, se o município  $i$  esteve sob a gestão de liderança política feminina no ano  $t$ , e 0 caso contrário.  $X_{it}$  é um grupo de covariáveis descritos na seção dados, conforme Tabela 2. A  $\lambda_t$  representa efeito fixo de tempo. Finalmente,  $\varepsilon_{it}$  é um termo de erro.

A escolha das variáveis dependentes deve-se ao fato de que  $MIG_{it}$  provoca aumento de gastos com atendimentos de saúde, gastos com educação, gastos de investimento e Receitas correntes.



**Tabela 2 Estatística descritiva das covariáveis do modelo de dados em painel de efeitos fixos**

Variável	Observações	Média	Desvio Padrão	Min	Max
Municípios	1.407	70.959	40.865	1	141
Mulheres na Gestão	1.407	0.483	0.214	0	1
Despesas com Saúde	1.407	1.39e+07	4.28e+07	0	7.69e+08
Despesas com Educação	1.407	1.23e+07	2.78e+07	0	3.99e+08
Receitas Correntes	1.407	5.77e+07	1.45e+08	0	1.98e+09
Despesas de custeio	1.407	3.36e+07	8.32e+07	0	1.21e+09
Despesas por função	1.407	3.95e+07	9.57e+07	0	1.36e+09
Despesas Correntes	1.407	3.36e+07	8.42e+07	0	1.23e+09
Investimentos	1.407	4595033	1.08e+07	0	1.61e+08
Despesas Administrativas	1.407	7928147	2.17e+07	0	3.59e+08
Transferências FPM	1.407	1.01e+07	1.23e+07	0	1.50e+08
Transferências correntes	1.407	853211.2	3343568	0	5.52e+07
População	1.407	21915.7	53746.69	0	590118
PIB percapita	1.407	28007.73	22868.15	0	202309
Nascidos vivos	1.407	379.3525	1413.582	0	16886
Exportações	1.407	7.64e+07	2.00e+08	0	1.55e+09
Vítimas de acidentes Trânsito	1.407	7.518	16.48	0	166
Suicídios	1.407	1.15	2.94	0	31
Mortalidade	1.407	116.17	438.04	0	5162
Homicídios	1.407	8.04	22.90	0	269
Número de Feminicídios	1.407	0.42	1.58	0	26
Ano	1.407	2015	1.79	2013	2018

*Nota:* FINBRA (2021), IFGF FIRJAN (2021), IPEADATA (2021) e dados da pesquisa (2021).

Uma vez que o modelo de dados em painel se torna o método mais adequado para a pesquisa, utilizou-se o modelo de efeitos fixos. De acordo com Marques (2000), o modelo de efeitos fixos possibilita identificar o comportamento da heterogeneidade e da interdependência, considerando os coeficientes  $\beta$  iguais para todos os indivíduos, exceto  $\beta_{1i}$  que mantém específico para cada indivíduo, o que não descaracteriza a homogeneidade dos dados.

O índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) acompanha anualmente a gestão fiscal dos municípios brasileiros em quatro áreas de atuação: autonomia, gastos com pessoal, liquidez e investimentos. Para o índice de autonomia, o instituto FIRJAN avalia a geração de receitas dos municípios e o custo de sua existência; já o índice de gasto com pessoal avalia os gastos com pagamento em relação a receita corrente líquida; na liquidez são verificados os restos a pagar acumulados durante o ano e se é possível liquidá-los no ano seguinte e, por fim, o indicador de investimento analisa a receita destinada ao bem estar da população e melhoria do ambiente público (Pereira & Lopes, 2015).

O IFGF é realizado com base em estatísticas públicas oficiais, em que os índices variam de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo). Assim, quando mais próximo do 1, melhor é a gestão do município. Esse índice é subdividido em quatro categorias; Crítica, Dificuldade, Boa Gestão e Excelência: Crítica, quando o valor for de 0 a 0,4 pontos, quando o município passa por Dificuldades de gestão fica de 0,4 a 0,6 pontos, para ser considerado de Boa Gestão, o município de ter de 0,6 a 0,8 pontos e por fim, para ser considerado de Excelência deve ter uma pontuação de





0,8 a 1 ponto (Firjan, 2021). Foram criadas as variáveis log afim de estimar a relação da variação percentual nos municípios cuja gestão é conduzida por mulheres.

#### 4. RESULTADOS

A Tabela 3 demonstra que os municípios que estiveram sob a gestão de liderança política feminina no período de 2013 a 2018 possuem uma relação positiva e significativa com gastos relacionados à saúde de 77%, comparativamente maior aos demais municípios que não possuem mulheres como prefeitas. Para efeito de equalização dos municípios utiliza-se o modelo de painel com efeitos fixos, onde retira-se habilidades como gestão orçamentária dos municípios.

O aumento no percentual de nascidos vivos de 50% pode ser explicado pela melhoria na qualidade de vida e aumento percentual de gastos com saúde. Resultado de redução da mortalidade infantil pode ser identificado no trabalho de Hessel et al (2020) em que constataram que a presença de mulheres no poder executivo local e legislativo impactou em uma menor taxa de mortalidade em menores de 5 anos, independente do partido político.

Curiosamente, a relação do número de feminicídios nos municípios geridos por mulheres apresentou redução de 5%. Chattopadhyay & Duflo (2004) estudaram o impacto da liderança feminina nas decisões políticas e demonstraram que líderes femininas investem mais em infraestrutura. A variável educação, que apresentou uma relação positiva de 69%, o que poderia explicar a redução no feminicídio.

**Tabela 3 Efeitos da gestão feminina nos com saúde, feminicídios e nascidos vivos nos municípios mato-grossenses.**

Variável	(Saúde)	(Feminicídios)	(Nascidos vivos)
<b>GF</b>	0.77*** (0.177)	-0.05** (0.025)	0,50*** (0.102)
Efeitos Fixos	SIM	SIM	SIM
Covariáveis	SIM	SIM	SIM
N. Observações	1.401	1.401	1.401

Obs.: Erros Padrão estão entre parênteses. \*\*\* representa significância a  $p < 1\%$ ; \*\* representa significância a  $p < 5\%$ ; \* representa significância a  $p < 10\%$ ; As covariáveis utilizadas no ajuste do modelo de regressão com dados em painel são: Receitas Correntes, despesas de custeio, despesas por função, despesas correntes, Despesas Administrativas e planejamento, Transferências FPM, Transferências correntes, população, PIB per capita, despesas com educação, saúde, investimentos e nascidos vivos.

Nota: FINBRA (2021); DATASUS - TABNET (2021); IPEADATA (2021) e dados estimados na pesquisa.

Beaman et al (2009) demonstraram que a exposição a gestão feminina melhora a percepção da eficácia da liderança de gênero. A Tabela 4 demonstra que os municípios que estiveram sob a gestão de liderança política feminina no período de 2013 a 2018, possuem um gasto relacionado à educação maior que os demais municípios. Há uma relação de efeito positivo e significativo para despesas de saúde de 69%. Ao considerar na regressão o modelo de dados em painel com estimação de efeitos fixos, desconsidera-se para fins de equalização dos municípios, habilidades como gestão orçamentária e outras habilidades não mensuráveis estatisticamente. O aumento no percentual de investimento de 62% pode ser explicado por resultados positivos como o aumento do percentual de receitas correntes de 116%.

**Tabela 4 Efeitos da gestão feminina nos gastos com educação, receitas correntes e gastos com os investimentos dos municípios mato-grossenses.**

Variável	(Educação)	(Receita)	(Investimentos)
<div> <div>ORGANIZAÇÃO</div> <div>CCN</div> <div>PPGC</div> <div>PROFINT</div> <div>UFSC PPGC</div> <div>UFSC</div> <div>APOIO</div> <div>FEPese</div> <div>AICO Gestión</div> </div>			



<b>GF</b>	0.69** (0.191)	1,16*** (0.254)	0,62*** (0.161)
Efeitos Fixos	SIM	SIM	SIM
Covariáveis	SIM	SIM	SIM
N. Observações	1.401	1.401	1.401

Obs.: Erros Padrão estão entre parênteses. \*\*\* representa significância a  $p < 1\%$ ; \*\* representa significância a  $p < 5\%$ ; \* representa significância a  $p < 10\%$ ; As covariáveis utilizadas no ajuste do modelo de regressão com dados em painel são: Receitas Correntes, despesas de custeio, despesas por função, despesas correntes, Despesas Administrativas e planejamento, Transferências FPM, Transferências correntes, população, PIB per capita, despesas com educação, saúde, investimentos e nascidos vivos.

Nota: FINBRA (2021); IPEADATA (2021) e dados estimados na pesquisa.

Estudo importante de Arvate, Firpo & Pieri (2017) demonstraram que há uma relação causal na forma como eleitores votam em mulheres candidatas após a eleição de uma prefeita e que isso pode afetar a forma com que os eleitores votam nas próximas eleições.

As regressões da Tabela 5 representam os efeitos da relação da gestão de liderança política feminina sobre os Índices FIRJAN de Gestão fiscal para os municípios mato-grossenses.

**Tabela 5 Efeitos da gestão feminina e os Índices Firjan de gestão fiscal dos municípios mato-grossenses.**

Variável	Gestão feminina
<b>IFGF-geral</b>	0.49** (0.178)
<b>IFGF –Autonomia</b>	-0,71 (0.516)
<b>IFGF -Gastos com Pessoal</b>	0,05 (0.351)
<b>IFGF –Liquidez</b>	1,31*** (0.231)
<b>IFGF –Investimentos</b>	0,54* (0.229)
Efeitos Aleatórios	SIM
Covariáveis	SIM
N. Observações	1.401

Obs.: Erros Padrão estão entre parênteses. \*\*\* representa significância a  $p < 1\%$ ; \*\* representa significância a  $p < 5\%$ ; \* representa significância a  $p < 10\%$ ; As covariáveis utilizadas no ajuste do modelo de regressão com dados em painel são: Receitas Correntes, despesas de custeio, despesas por função, despesas correntes, Despesas Administrativas e planejamento, Transferências FPM, Transferências correntes, população, PIB per capita, despesas com educação, saúde, investimentos e nascidos vivos.

Nota: IFGF - FIRJAN (2021) e dados estimados na pesquisa.

As regressões sobre os indicadores do IFGF demonstraram que no indicador IFGF geral gerou um aumento do conceito em 49% para os municípios que estiveram sob gestão de liderança política feminina no período compreendido entre 2013 e 2018. Outros indicadores que obtiveram conceitos percentuais positivos e significantes foram IFGF-liquidez e IFGF-investimentos, ambos com aumentos de 131% e 54%, respectivamente. Os aumentos nesses indicadores podem representar o resultado positivo de aumento de Receita e investimentos, como demonstrado na Tabela 4. As regressões para IFGF-gastos e IFGF-autonomia não apresentaram significância estatística. Sua representatividade em termos estatísticos é 0. Portanto, não apresentam relevância em termos de análise de resultados.



## 5. CONCLUSÕES

Foi demonstrado nos resultados os municípios que geraram resultados positivos na gestão conforme as expectativas buscadas diante das análises realizadas que estiveram com a gestão conduzida por mulheres no período de 2013 a 2018 e possuem um resultado significativo, foi demonstrado nos indicadores um avanço no conceito dos municípios avaliados.

Conforme as informações se tratando em relação a saúde podemos destacar que a Integração Ensino e Serviço também avançou com a implantação da Comissão de Residência Médica - COREME, na cidade de Sinop onde viabilizou a entrada de 20 residentes de medicina de família e comunidade na rede de serviços da Atenção Primária à Saúde em 2017.

Segundo um levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), até 2030, a participação das mulheres no mercado brasileiro deve crescer mais do que a masculina, principalmente porque são elas que investem mais em educação e qualificação. Mas até o momento, a situação não é muito animadora: apenas 19% dos cargos de liderança são ocupados por mulheres, abaixo da média mundial de 27%.

A pesquisa contribui tanto para o aspecto da liderança feminina, quanto para a gestão fiscal. Levanta a discussão do papel de liderança política feminina na gestão pública e seus desdobramentos quanto a observância da manutenção do bem-estar social por meio de investimentos em educação, segurança e saúde. Além disso, permite a verificação da aplicação dos recursos arrecadados através dos impostos em gastos com saúde, investimento e educação para os municípios mato-grossenses.

## REFERÊNCIAS

- Arvate, P., Firpo, S., & Pieri, R. (2017). Future electoral impacts of having a female mayor. *Brazilian Political Science Review*, 11.
- Bartoluzzio, A. I. S. S., & Anjos, L. C dos. M. (2020). Political cycles and fiscal management in brazilian municipalities. *Rev. adm. contemp.* 4 (2).
- Beaman, L., Chattopadhyay, R., Duflo, E., Pande, R., & Topalova, P. (2009). Powerful women: does exposure reduce bias?. *The Quarterly journal of economics*, 124(4), 1497-1540.
- Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional (STN) Finanças do Brasil (FINBRA). Disponível em: < [http://www.stn.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/index.asp](http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp) >. Acesso em: 31 ago. 2013.
- Brasileiro, C., Albuquerque, T., & Borborema, J. S. (2020). A Covid-19 no território das mulheres prefeitas. *Interlegere*, 3(28).
- Brito Filho, J. C. M. (2013). *Trabalho: análise jurídica da exploração do trabalho*. Trabalho escravo e outras formas de trabalho indigno. São Paulo.
- Ceribeli, H. B., Ceribeli, M. C. B., & Ferreira, F. J. R. (2016). Análise da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) sob a Perspectiva das Diferenças entre Gêneros. *Reuna*, 21(3), 5-24.





- Chattopadhyay, R., & Duflo, E. (2004). Women as policy makers: Evidence from a randomized policy experiment in India. *Econometrica*, 72(5), 1409-1443.
- Coelho, L. M., & Baptista, M. (2009). A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. *Revista psicologia política*. [online], 9(17), 85-99.
- Corsini, L. & Souza Filho, E. A. de. (2004). Um estudo sobre as representações sociais de mulheres executivas: estilo de comportamento e de gestão. *Cadernos de psicologia social do Trabalho*, 7, 67-80.
- Costa, A. M. (2009). *Social participation in the achievement of health policies to women in Brazil*. ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde.
- Costa, L. P. & Cappellari, G. (2019). *Gestão, Gênero e Preconceito: as experiências e desafios vivenciadas por mulheres na atual gestão pública de Santana do Livramento/RS*.
- FIRJAN. Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF). Disponível em: . Acesso em: mar. 2021.
- Hessel, P., González Jaramillo, M. J., Rasella, D., Duran, A. C., & Sarmiento, O. L. (2020). Increases In Women's Political Representation Associated With Reductions In Child Mortality In Brazil: Study assesses the effects of female political representation on mortality among children younger than age five in Brazil. *Health affairs*, 39(7), 1166-1174.
- Herrnson, P. S., Lay, J. C. & Stokes, A. K. (2003). Women running 'as women: candidate gender, campaign issues, and voter targeting strategies". *The Journal of Politics, Nashville*, 65(1), 244-55.
- IPEADATA. Base de dados do Ipea. Disponível em: . Acesso em: 11 mar. 2021.
- Linhares, F., Penna, C., & Borges, G. (2013). Os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos municípios do Piauí. *Revista de Administração Pública*, 47(6), 1359-373.
- Marques, L. D (2000). Modelos Dinâmicos com dados em painel: revisão de literatura. Série Working papers do Centro de Estudos Macroeconômicos e Previsão (CEMPRE) da Faculdade de Economia do Porto, Portugal, no. 100.
- Miguel, L. F., & Biroli, F. (2009). Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. *Opin Publica*, 15(1).
- Munhoz, G. de S. (2000). *Quais as contribuições que o estilo feminino de liderança traz para as organizações empreendedoras?* In: Encontro Nacional de Empreendedorismo, 1, 2000. Maringá: EGEPE, (pp.164-176).
- Pereira, L. M. & Lopes, M. C. (2015). *Estratégias das gestoras da Universidade Regional de Blumenau (FURB) para quebrar o teto de vidro*. In: XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária, Anais, Argentina.



- Querino, L. C. S., Domingues, M. D. dos S., & Luz, R. C. da. (2013). A evolução da mulher no mercado de trabalho. *E-FACEQ: Revista dos discentes da Faculdade Eça de Queirós*, 2(2), 1-32, ago.
- Ribeiro, R. M., & Jesus, R. S. de. (2016). A inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil. *Revista de Ciências Humanas*, 16(1), 42-56, jan./jun.
- Rodrigues, M. A. V. (2017). Democracia vs. eficiência: como alcançar equilíbrio em tempo de crise financeira. *Revista de Administração Pública*, 51(1), 88-104.
- Santana, R. (2012). Fundo de Participação do Município: como aumentar o valor? *Revista Jus Navigandi*, 17(3341), ago.
- Scherer, L. & Botelho, L. de L. R. (2018). As prefeitas missionárias: vivências, aprendizados e desafios das mulheres na gestão pública. *Salão do conhecimento*.
- Silva, R. R. C. C., & Mattia, C. de. (2016). Ciência administrativa e gestão pública: uma crítica à primazia do privado em relação ao público. *Cad. EBAPE.BR [online]*. 14(4), 1054-1065.